

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT11.010

INES: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO SOBRE POLÍTICAS, DESENHOS E PRÁTICAS ORGANIZATIVAS INCLUSIVAS EM ESPAÇOS UNIVERSITÁRIOS¹

JULIANA CAVALCANTE DE ANDRADE LOUZADA

Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - SP, juliana.louzada@unesp.br;

SANDRA ELI SARTORETO DE OLIVEIRA MARTINS

Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - SP, sandra.eli@unesp.br

RESUMO

Partindo da premissa que a Educação Superior deve ser um espaço aberto à todos que desejam cursá-la, o presente artigo procurou retratar como o uso do Índice de Inclusão do Ensino Superior (INES), contribui para o planejamento de desenhos e práticas organizativas dos espaços universitários, abertos ao reconhecimento da pluralidade humana, em uma mirada crítica, intercultural e inclusiva. O material recolhido no estudo foi produzido a partir da aplicação do Índice de Inclusão do Ensino Superior (INES), em formato de formulário eletrônico, encaminhado por e-mail à estudantes, docentes e funcionários, de uma universidade pública brasileira. Este instrumento permitiu levantar como a comunidade acadêmica observou a presença/ausência indicadores de inclusão na instituição. De posse das respostas foi possível discernir de que maneira as lacunas observadas se constituiriam em facilitadores da melhora da qualidade da educação, na universidade investigada. Os resultados evidenciaram a importância do uso instrumentos institucionais avaliativos atentos aos conceitos fundamentais de direitos humanos e de participação a distintos públicos em situação de vulnerabilidade

1 Resultados de um recorte dos dados referentes a tese de doutorado (Louzada, 2022) com financiamento CNPq

na universidade, com destaque aos que se reconhecem em situação de deficiência. Em síntese, sugere-se que a aplicação do instrumento possa ocorrer de forma institucionalizada para possibilitar maior interação da comunidade acadêmica; disseminar conceitos fundamentais para o acesso e a inclusão de diferentes públicos em situação de vulnerabilidade; divulgar as políticas existentes na IES bem como incentivar a participação desses grupos (com destaque para as pessoas em situação de deficiência) na produção dessas normativas e, práticas inclusivas que viabilizem o acesso, permanência e participação ativa em condição de equidade e justiça social na universidade.

Palavras-chave: Avaliação Institucional, Inclusão, Ensino Superior, Políticas Públicas

INTRODUÇÃO

O ambiente universitário tem sido espaço aberto e de acesso para todos, principalmente em virtude dos avanços de políticas públicas e afirmativas que garantem esse acesso e viabilizam a participação com condições de equidade nesse nível de ensino. Nesse sentido, é importante considerar que mesmo com essas garantias ainda não se pode afirmar que a universidade é inclusiva e ausente de barreiras. Contudo, os parâmetros de avaliação institucionais já estabelecidos no Brasil, como Censo (BRASIL, 2022) e avaliações propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES (BRASIL, 2013), não possibilitam avaliar essas condições para que as instituições possam traçar planos de melhoria com vistas a se tornarem cada vez mais inclusivas.

Partindo dessa premissa, acredita-se que a comunidade acadêmica (discentes, docentes e funcionários em suas diferentes condições e modos interseccionais de ser), podem identificar quais são essas barreiras. Pensando nisso, dar espaço de resposta a todos os envolvidos no contexto do ensino superior possibilitaria olhares diferentes sob um mesmo foco, a inclusão. Para tanto, essa abertura deve ter um canal de comunicação e, nesta pesquisa, adotou-se o Índice de Inclusão do Ensino Superior (INES) por considerar que este é um instrumento que contribui de forma assertiva para que a instituição de ensino possa avaliar, rever e planejar desenhos e práticas organizativas que visem reconhecer os corpos diversos e a pluralidade humana que ocupa o ambiente universitário.

O INES foi originalmente desenvolvido por pesquisadores colombianos, como parte central da política de organização das diretrizes institucionais da educação superior do país, com intuito de produzir informação sobre diferentes âmbitos das condições de inclusão em contextos universitários (COLÔMBIA, 2017). Foi traduzido e adaptado por Louzada e Martins (2022) e está dividido em três questionários (com escalas do tipo Likert), que busca avaliar por meio de 12 fatores e 25 indicadores, temas centrais da educação inclusiva com ênfase no desenvolvimento de culturas, políticas e práticas inclusivas na Universidade. Assim, o instrumento permite coletar informações sobre a percepção de funcionários, docentes e estudantes com relação aos indicadores que vão desde a análise de sistemas de admissão, permanência e créditos para estudantes, até a análise de estratégias de desenvolvimento acadêmico, em articulação com os processos de pesquisa e de criação artística e cultural em ambientes formativos universitários.

O referido instrumento tem sido aplicado em algumas instituições de ensino superior na Colômbia para possibilitar oportunidades de melhora na qualidade da educação pensando em inclusão e acessibilidade (ÁNGEL e PÉREZ, 2020; GOYENECHÉ e RUIZ, 2021). A esse exemplo e corroborando com Pérez-Castro (2019), adotou-se o INES com intuito de identificar pontos fortes para implementar culturas, políticas e práticas inclusivas, de modo a promover um plano de melhora na universidade que seja voltado a inclusão educacional nos ambientes universitários

Nesse sentido, o objetivo geral dessa pesquisa foi: identificar parâmetros de acessibilidade e inclusão em uma universidade pública brasileira. Como objetivos específicos buscou-se i) traçar o perfil dos participantes da pesquisa; ii) identificar e analisar as barreiras de acessibilidade e de participação das pessoas em situação de deficiência e vulnerabilidade na Universidade e, iii) levantar indicadores e identificar políticas institucionais que contribuam para a elaboração de um plano de melhora de gestão da educação inclusiva na Universidade

METODOLOGIA

TIPO DE PESQUISA, LOCAL E PARTICIPANTES

A presente pesquisa é do tipo estudo de caso que “é utilizado para compreender processos na complexidade social nas quais estes se manifestam: seja em situações problemáticas, para análise dos obstáculos, seja em situações bem-sucedidas, para avaliação de modelos exemplares” (YIN, 2001, p. 21).

O estudo de caso, pode contribuir de modo singular na compreensão das problemáticas relacionadas a indivíduos, grupos sociais, organizações, políticas, instituições públicas, programas governamentais, problemáticas relacionadas a prática educativa, ao permitir realizar análises amplas e significativas sobre o objeto de investigação científica (SANTOS et al., 2022, p.3).

Foi desenvolvida em um campus de uma universidade pública do estado de São Paulo. Participaram da pesquisa estudantes universitários identificados em situação de deficiência ou não, funcionários, docentes e equipe gestora.

COLETA DE DADOS

Integraram o conjunto de formulários e/ou de documentos para compor a coleta de dados e identificação do perfil dos participantes deste estudo:

- a. Anuário Estatístico de uma universidade pública do estado de São Paulo;
- b. INES-Brasil;
- c. Documentos e políticas institucionais da universidade que referem sobre a temática do estudo.

ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi submetido à apreciação pelo Comitê de Ética e Pesquisa, com parecer favorável, protocolo nº 562.35422.0.0000.5406 – CAAE/Plataforma Brasil, por estar em conformidade com os parâmetros legais, metodológicos e éticos de acordo com a Resolução CNS 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, todos os participantes da pesquisa leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido [TCLE]. A pesquisa contou com apoio financeiro de bolsa de doutorado CNPq/Unesp e esteve em consonância com os estudos da Rede Internacional de Pesquisa “Diferença, Inclusão e Educação” do Projeto Diversidade, movimentos sociais e inclusão no Convênio CAPES-PRINT, da mesma universidade².

DA APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO INES-BRASIL

A aplicação do questionário foi realizada por meio da ferramenta online Google Forms que possibilita a criação do instrumento em formato digital e gera um link cujo acesso é permitido pelo celular computador, tablet e smart TV. O link foi disponibilizado a todos os participantes, a saber:

- Estudantes: sala de aula (divulgação do link via **WhatsApp**, e-mail ou cópia exibida em projeção ou quadro branco);
- Funcionários, docentes e equipe gestora: e-mail institucional de cada sessão.

2 O estudo se articulou com os projetos da co-autora do estudo em vigência denominado “Indicadores de acessibilidade na Educação Superior (PQ - 2021- Chamada CNPq Nº 4/2021 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ/ CNPq Proc. No. 315343/2021-4 – atual) e “Rede de Pesquisa Internacional em Acessibilidade e Inclusão na Educação Superior”, na Chamada CNPq Nº 26/2021 de Apoio à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação Bolsas no Exterior (Proc. 401681/2022-0. Atual).

Desse modo o instrumento foi preenchido por cada participante após acesso ao link.

PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

A proposta da pesquisa pretendia adotar uma amostra não probabilística por conveniência com margem de erro de 5%. De acordo com Freitag (2018), nesse tipo de amostra são selecionados participantes mais acessíveis, colaborativos ou disponíveis para contribuir com o processo. Contudo, para fins de generalização estatística inferencial, há que se considerar a margem de erro e a significância. Amostras por conveniência foram recentemente utilizadas por Martins e Chacon (2020) também com pesquisas na área da educação, o que nos permite considerar um critério pertinente para a adoção desta estratégia metodológica. Conforme destaca Freitag (2018) sobre a generalização estatística, para assegurar a validade das respostas, foi adotada margem de erro ou intervalo de confiança de 5%, para que dessa forma, o número de participantes da pesquisa possa inferir a visão de uma comunidade como um todo. Dessa forma, quando o montante de formulários respondidos correspondentes a margem de erro pretendida (5%) com base nos dados do anuário estatístico da instituição fosse atingido, as coletas seriam encerradas. No entanto, um dos entraves da pesquisa foi a baixa adesão dos participantes, questão que será abordada nos resultados.

Os dados obtidos do preenchimento do formulário foram tabulados e organizados em planilha do Excel para o cálculo da distribuição por frequência das respostas em cada um dos indicadores, bem como análise descritiva das respostas. Foram contabilizados os percentuais de resposta para os diferentes indicadores de cada eixo associados à matriz de semaforização conforme previamente utilizado por outros autores (COLÔMBIA, 2017b; ANGEL e PEREZ, 2020; GOYONECHE e RUIZ, 2021). O quadro 1 descreve os tipos de indicadores (frequência, existência e reconhecimento); as categorias de interesse consideradas para a análise percentual (Sempre - Algumas vezes/ Existe e se implementa – Existe e não se implementa/ Sim) e as cores do semáforo de acordo com os valores percentuais, a saber: vermelho para valores abaixo de 60%, amarelo para valores entre 60% e 80% e verde para valores acima de 80% (Quadro 1). E o quadro 2 apresenta os 12 fatores e 24 indicadores que compõem o instrumento e são analisados no preenchimento do formulário.

Quadro 1: Semaforização com agrupamento de algumas categorias de interesse.

Tipo de Indicador	Categoria de Interesse	Cor	Porcentagem
Frequência	Sempre - Algumas vezes		Menos de 60%
			Entre 60% e 80%
			Mais de 80%
Existência	Existe e se implementa – Existe e não se implementa		Menos de 60%
			Entre 60% e 80%
			Mais de 80%
Reconhecimento	Sim		Menos de 60%
			Entre 60% e 80%
			Mais de 80%

Fonte: Adaptado de Colômbia (2017b, 18).

Quadro 2: Apresentação dos fatores e indicadores do INES-Brasil.

Fatores	Indicadores
1. Missão e Projeto Institucional	1.1 Barreiras para aprendizagem e participação
	1.2 Identificação e caracterização dos estudantes
2. Estudantes	2.1 Participação de estudantes
3. Professores	3.1 Participação de Docentes
	3.2 Docentes inclusivos
4. Processos acadêmicos	4.1 Interdisciplinaridade e flexibilização curricular
	4.2 Avaliação Flexível
5. Visibilidade nacional e internacional	5.1 Interlocução da instituição em contextos acadêmicos nacionais e internacionais 5.2 Relações externas de professores e estudantes
6. Investigação e criação artística e cultural	6.1 Investigação, inovação e criação artística e cultural, na educação inclusiva
	6.2 Investigação/Pesquisa, Redes de Cooperação em educação inclusiva
	6.3 Políticas em educação inclusiva
7. Pertinência e impacto social	7.1 Extensão, projeção social e contexto regional

Fatores	Indicadores
8. Processos de autoavaliação e autorregulação	8.1 Regulamentação da educação inclusiva
	8.2 Estratégias de intervenção, avaliação e melhoramento
	8.3 Sistema de Informação Acessível
9. Bem-estar institucional	9.1 Programas de bem-estar universitário
	9.2 Permanência Estudantil
10. Organização, gestão e administração	10.1 Ações administrativas e de gestão
	10.2 Estrutura organizacional
11. Recursos de apoio acadêmico e infraestrutura física.	11.1 Programa de satisfação universitária
	11.2 Instalações e Infraestrutura
12. Recursos financeiros	12.1 Programas sustentáveis de educação inclusiva
	12.2 Apoio financeiro e estudantil

Fonte: Adaptado de Colômbia (2017, p.31).

Ainda para efeito de análise, nesta pesquisa foram discutidos os resultados dos indicadores que revelaram maior necessidade de modificação, ou seja, os menores percentuais positivos na semaforização. Para correlacionar essas informações, os indicadores com os menores percentuais na semaforização indicam mais urgência em ações para modificá-los com a finalidade de remover barreiras ou transformá-las em agentes facilitadores de acessibilidade e inclusão (PÉREZ-CASTRO, 2019). Além disso, normativas locais, documentos institucionais, projetos entre outros documentos relacionados à perspectiva inclusiva no ambiente universitário foram utilizados para serem correlacionados com as respostas obtidas do preenchimento do formulário para análise qualitativa das informações.

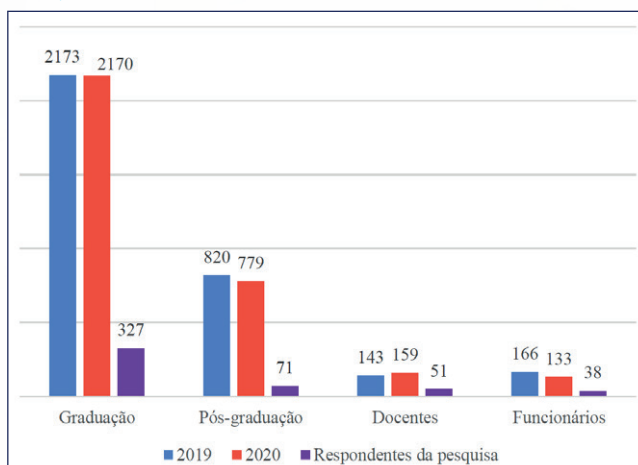
RESULTADOS E DISCUSSÕES

PERFIL DOS PARTICIPANTES

Dados do anuário estatístico da instituição (UNESP, 2020; 2021) apresentam o total de estudantes matriculados na graduação e na pós-graduação com os anos base de 2019 e 2020, bem como o número de docentes e funcionários ativos no campus de Marília (campus investigado nesta pesquisa) e o número de respondentes

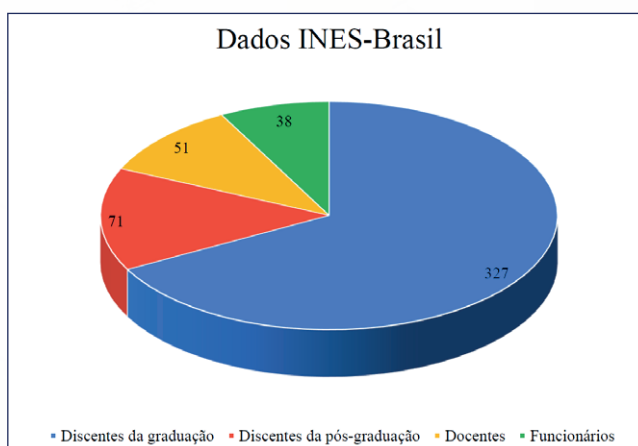
ao INES-Brasil, conforme demonstra o Gráfico 1. Deste montante, participaram da pesquisa 487 pessoas. Destas, 398 eram estudantes, 51 docentes e 38 funcionários (Gráfico 2). Dos 398 estudantes que participaram da pesquisa, 327 eram da graduação (67 do sexo masculino, 254 do sexo feminino e 6 não informaram) e 71 dos programas de pós-graduação (20 do sexo masculino e 51 do sexo feminino).

Gráfico 1. Dados do anuário estatístico referentes aos estudantes da graduação e pós-graduação matriculados, bem como docentes e funcionários ativos nos anos de 2019 e 2020.



Fonte: Anuário Estatístico UNESP (2021).

Gráfico 2. Distribuição dos participantes na pesquisa conforme preenchimento do formulário INES-Brasil.



Fonte: dados da pesquisa.

O INES-BRASIL E A SEMAFORIZAÇÃO

Os dados obtidos com a análise do INES-Brasil foram organizados em três grandes eixos, a saber: culturas, políticas e práticas inclusivas. Com base na análise dos dados é possível apresentar uma tendência demonstrada pelas respostas com o propósito de estabelecer um panorama das condições de inclusão de acordo com a análise de semaforização em cada um desses eixos, bem como, para qual a universidade deve destinar maior atenção (“semáforos” vermelhos) com intuito de reduzir possíveis barreiras indicadas pela comunidade acadêmica.

Nesse sentido, optou-se por calcular a diferença percentual obtida da subtração da semaforização de 100% (cenário ideal) e o resultado foi denominado de “nível de modificação”, ou seja, o quanto ainda é necessário ser modificado naquele indicador para que se alcance o cenário ideal de acessibilidade e inclusão, desse modo, os indicadores que apresentam níveis de modificação maiores que 40% são aqueles sinalizados em vermelho na semaforização. Assim sendo, o quadro 3 apresenta os três eixos de análise do trabalho, bem como os indicadores correspondentes a cada eixo e os respectivos níveis de modificação.

Quadro 3. Apresentação dos eixos, indicadores e níveis de modificação.

EIXO	INDICADOR	NÍVEL DE MODIFICAÇÃO
CULTURAS INCLUSIVAS	8.1 Regulamentação da educação inclusiva	54,4
	9.2 Permanência Estudantil	45,2
	3.2 Docentes Inclusivos	33,9
	1.2 Identificação e caracterização dos estudantes	32,6
	9.1 Programas de bem-estar universitário	32,0
	6.2 Investigação/Pesquisa. Redes de Cooperação em educação inclusiva	25,1

EIXO	INDICADOR	NÍVEL DE MODIFICAÇÃO
POLÍTICAS INCLUSIVAS	6.3 Políticas em educação inclusiva	54,2
	8.3 Sistema de Informação Acessível	52,4
	3.1 Participação de Docentes	47,8
	1.1 Barreiras para aprendizagem e participação	38,8
	12.2 Apoio financeiro e estudantil	36,1
	2.1 Participação de estudantes	35,1
	12.1 Programas sustentáveis de educação inclusiva	33,7
	11.2 Instalações e Infraestrutura	23,6
PRÁTICAS INCLUSIVAS	4.2 Avaliação Flexível	60,8
	7.1 Extensão, projeção social e contexto regional	55,0
	8.2 Estratégias de intervenção, avaliação e melhoramento	53,0
	10.2 Estrutura organizacional	47,8
	10.1 Ações administrativas e de gestão	47,0
	5.2 Relações externas de professores e estudantes	46,8
	6.1 Investigação, inovação e criação artística e cultural, na educação inclusiva	46,4
	11.1 Recursos, equipamentos e espaços de prática	40,7
	5.1 Interlocução da instituição em contextos acadêmicos nacionais e internacionais	36,1
	4.1 Interdisciplinaridade e flexibilização curricular	31,2

Fonte: dados da pesquisa.

Como pode-se observar, dentre os três eixos da presente pesquisa, o eixo que demonstra maior necessidade de modificações é o eixo denominado de “práticas inclusivas” uma vez que a maior parte dos seus indicadores apresenta percentuais de modificação superiores a 40%, o que sugere sinal de alerta de acordo com a análise por semaforização. Ao indicar os níveis nos valores da semaforização, sinalizamos indicadores que caracterizam barreiras no ambiente universitário na visão da comunidade acadêmica (estudantes, docentes e funcionários) que necessitam ações de implementação, divulgação, adaptação entre outras para serem transformadas em facilitadores da inclusão na IES.

Pérez-Castro (2019) afirma que para que as barreiras sejam transpostas em facilitadores se faz necessário desenvolver uma cultura organizacional capaz de valorar positivamente a diversidade e fomentar práticas que tornem os recursos humanos mais dinâmicos (PÉREZ-CASTRO, 2019, p.16), dentre estas promover a participação de todos os departamentos da IES além de desenvolver ações concretas no espaço universitário. Para esta autora, não basta que sejam identificadas as barreiras de inclusão e acessibilidade, se faz necessário repensar ações e estratégias que possam transformar essas barreiras em facilitadores, “se as barreiras são construções sociais e não dependem somente dos sujeitos, podemos modificá-las, ou seja, transformá-las em facilitadores” (PÉREZ-CASTRO, 2019, p.7).

A esse respeito, **o eixo de políticas** apresenta menos da metade de seus indicadores com necessidade de grandes mudanças, enquanto o eixo de culturas sinaliza apenas dois indicadores com percentuais acima de 40% (sinalizados em vermelho pela semaforização). Cabe destacar nessa análise superficial que, nenhum dos eixos apresentou indicadores com semáforos de cor verde, ou seja, não há, na visão da comunidade acadêmica, nenhum indicador que não necessite de ajustes para que possa atender com qualidade as demandas de acessibilidade e inclusão.

Ainda neste eixo observou-se os indicadores que demandam maior atenção no eixo de políticas, refletem aspectos do funcionamento da universidade e de que modo, esta dispõe de políticas inclusivas tanto de participação docente quanto de promoção de intercâmbios interinstitucionais, contudo, a comunidade acadêmica parece ter ainda dificuldades em notar o impacto destas políticas no cotidiano das práticas existentes na universidade. O que nos permite reforçar a necessidade de envolvimento da comunidade acadêmica na produção das políticas institucionais de modo que todos possam ser representados e sejam capazes de reconhecer e usufruir destas políticas.

Quando aborda-se o **eixo de culturas inclusivas**, os dados evidenciados nos indicadores descritos neste eixo sugerem que as políticas produzidas não dialogam com as demandas orientadas de barreiras vinculadas a situação de vulnerabilidade social, econômica, a exemplo daquelas que buscam favorecer o acesso a Universidade por meio de cotas, deixando de fora tais segmentos populacionais, muito embora os documentos retratem indicadores referentes a aspectos que sugerem a promoção de melhorias no âmbito educacional e conseqüentemente na educação inclusiva. Contudo, ainda há que se avançar para que todas essas questões sejam discutidas e novas ações sejam propostas considerando a

Interseccionalidade, a transversalidade e a interculturalidade sejam problematizadas como potência na promoção de culturas inclusivas na Universidade.

Os achados referentes ao **eixo de práticas inclusivas** nos fazem refletir sobre a implementação das propostas estabelecidas pelas políticas da IES, como pode-se observar há na universidade movimentos que visam a promoção de práticas inclusivas, contudo pouco aparecem nas respostas obtidas dos respondentes da pesquisa; indicando a necessidade de se repensar estratégias para divulgar tais comissões e núcleos a fim de que os principais envolvidos possam usufruir das ações ofertadas. De qualquer maneira, os meios de acesso e divulgação de tais documentos e normativas ainda se fazem pouco conhecidos por parte da comunidade acadêmica como já observamos anteriormente. Uma vez que se destacam entre esses indicadores ações como: estratégias de intervenção e melhoramento, ações específicas e ações administrativas para promover a educação inclusiva; criação de centros, grupos e programas que investigam assuntos relacionadas a educação inclusiva; recursos, equipes e espaços de prática acessíveis além de parceria com instituições externas e estrangeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com intuito de responder aos objetivos propostos nesta pesquisa, os dados obtidos da aplicação do INES-Brasil para comunidade acadêmica de uma universidade pública do estado de São Paulo, possibilitou evidenciar a necessidade de processos avaliativos que considerem aspectos do contexto universitário em uma perspectiva inclusiva. Nesta mirada, a escolha por aplicar o INES em sua versão traduzida e adaptada foi assertiva, uma vez que permitiu identificar os indicadores que necessitam de atenção para assegurar a inclusão de diferentes públicos em situação de vulnerabilidade.

Para além disso, os dados também sugerem possibilidades de encaminhamentos e ações que possam tornar públicas as políticas existentes na IES bem como estimular a participação desses que se encontram em situação de vulnerabilidade na produção de normativas e, práticas inclusivas que viabilizem o acesso, permanência e participação ativa em condição de equidade e justiça social na universidade.

A organização dos dados em três grandes eixos de análise foi fundamental para que se pudesse compreender a relação entre as políticas, as culturas e as

práticas inclusivas, de modo a concluir que são eixos intrinsecamente interligados. Destaca-se no eixo das culturas inclusivas a questão da visibilidade daqueles que apresentam condições diversas. Para os participantes da pesquisa, a universidade não reproduz ações de forma plural e diversa.

Quando se traz para discussão o eixo denominado de “políticas inclusivas” observa-se uma dificuldade na comunicação entre universidade e comunidade acadêmica, haja vista que os respondentes da pesquisa desconhecem das condutas e programas da gestão administrativas institucionais produzidas pela universidade, principalmente, as relacionadas a inclusão. O segundo de “culturas inclusivas” sobre a oferta de estratégias que promovam culturas inclusivas na universidade não foi possível notar dados que indicassem como a universidade vem transformando as barreiras em facilitadores a participação de todos no ambiente universitário – desenvolvendo formas mais acolhedoras, inclusivas e de respeito às diferenças. O terceiro eixo determinado na pesquisa como “práticas inclusivas” faz saber que há poucos indicativos, na visão da comunidade acadêmica, de ferramentas e estratégias que possam auxiliar no reconhecimento das condições dos alunos (fragilidades e potencialidades) no que diz respeito ampliar as formas de participação e aprendizagem no processo formativo.

É importante destacar que o presente estudo pode apresentar algumas lacunas oriundas das alterações em algumas etapas da pesquisa (divulgação e aplicação do instrumento) no período pandêmico. De qualquer modo, é mister ressaltar que, ademais os dados obtidos da análise dos eixos após a aplicação do instrumento (INES-Brasil), considera-se de maior impacto ainda, a eficácia do INES-Brasil para levantamento e avaliação dos indicadores de inclusão no ensino superior.

Concluindo, a avaliação de indicadores de inclusão no ambiente universitário de faz cada vez mais urgente e estratégias precisam ser pensadas para que a realização destas avaliações ocorra de forma institucionalizada. Nesse aspecto, o INES-Brasil surge como um instrumento com potencial para ser institucionalizado e , que possibilita o compartilhamento de conceitos imprescindíveis ao acesso e a inclusão de diferentes públicos em situação de vulnerabilidade na universidade. Além disso, há que se pensar em estratégias de divulgação das políticas existentes nas IES bem como incentivar a participação de todos, de forma plural, intercultural e interseccional, na produção de normativas e, práticas inclusivas com a finalidade de propiciar acesso, permanência e participação ativa daqueles que se encontram

em situação de vulnerabilidade, com destaque e evidencia a presença de pessoas (alunos, funcionários e docentes) em situação de deficiência.

REFERÊNCIAS

ANGEL, F.A.M.; PEREZ, L.M.M. Resultados de la aplicación del índice de inclusión para la educación superior. **Ministerio de Educación**, p.1-16, Bogotá, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES)**. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wpcontent/uploads/2016/04/proavi-referenciais-de-acessibilidade-parte-i.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior – Sinopse Estatística da Educação Superior**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2022. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>

COLÔMBIA. Ministerio de Educación Nacional. **Índice de inclusión para educación superior (INES)**, Bogotá, 2017, 158p, 2017.

COLÔMBIA. Ministério de Educación Nacional. Fundação Saldarriaga Concha. **Informe final y resultados de Aplicación**. Documento elaborado en el marco del convenio 860 celebrado entre el Ministerio de educación Nacional y la Fundación Saldarriaga Concha, 54p, 2017b.

FREITAG, R.M.K. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência? **Revista de Estudos da Linguagem**, v.26, n.2, p.667-686, 2018.

GOYENECHÉ, D.C.R.; RUIZ, L.K. El concepto de inclusión en la educación superior: implementación de la iniciativa INES en las universidades colombianas. **Voces y Silencios: Revista Latinoamericana de Educación**, v. 12, n.1, pp. 130-163, 2021.

LOUZADA, Juliana Cavalcante de Andrade. **O INES-Brasil e os indicadores de culturas, políticas e práticas inclusivas em uma universidade brasileira.** (Tese de Doutorado) 262f., 2022. Universidade Estadual Paulista, FFC, Marília, SP, 2022.

LOUZADA, Juliana Cavalcante de Andrade; MARTINS, S. E. S. O. **Instrumento para avaliação de práticas, culturas e políticas inclusivas em contextos universitários.** REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO. v. 17, p. 229-245, 2022.

MARTINS, B.A.; CHACON, M.C.M. Escala de eficácia docente para práticas inclusivas: validação da *teacher efficacy for inclusive practices (TEIP) scale*. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.25, n.1, p.1-16, 2020.

PÉREZ-CASTRO, J. Entre barreras y facilitadores: las experiencias de los estudiantes universitarios con discapacidad. **Sinéctica**, p.1-22, 2019.

SANTOS, A.O. OLIVEIRA, G.O. RODRIGUES, M.C. (org) **Metodologias, Técnicas e Estratégias de Pesquisa: estudos introdutórios 4.** Uberlândia, MG: FUCAMP, 2022. 108p.

UNESP. **Anuário Estatístico.** Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". - vol. 1(2001) - São Paulo: Unesp, APE, 2001 - Ano abrangido pelo anuário: 2019, 2020. Disponível em: https://ape.unesp.br/anuario/pdf/Anuario_2020.pdf
Acesso em: Acesso em 28 de novembro de 2021.

UNESP. **Anuário Estatístico.** Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". - vol. 1(2001) - São Paulo: Unesp, APE, 2001 - Ano abrangido pelo anuário: 2020, 2021. Disponível em: https://ape.unesp.br/anuario/pdf/Anuario_2021.pdf
Acesso em: Acesso em 28 de novembro de 2021

YIN, R.K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos.** 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.